



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas do dia doze de agosto de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Álvaro Maciel, Andréa Chiesorin, Bianca Toledo, Ellen Costa, Igor Sebastian, Izaira Franca, Marcus Faustini, Paula Camargo, Pedro Barbara, Rosa Perdigão, Suelyemma Franco e Wallace Magalhães. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das quinze horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. Após quinze minutos de tolerância, Jeferson Rufino, do Apoio Técnico, dá início ao encontro saudando os presentes e apresentando a pauta única prevista para esta reunião extraordinária. A palavra foi passada ao Presidente do Conselho e Secretário Municipal de Cultura, Marcus Faustini. O Secretário saúda os conselheiros presentes, membros do poder público e convidados da sociedade civil e faz sua fala inicial sobre a pauta. Marcus Faustini explica que a lei prevê a execução dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo até o dia 30 (trinta) de dezembro e, a partir dessa informação, foram feitos alguns desenhos na tentativa de identificar qual a estratégia que se encaixaria no prazo estipulado. O Secretário segue dizendo que a criação de um edital específico para utilização do recurso não atenderia o prazo em questão e isso acarretaria na necessidade de devolução dos valores. Uma outra alternativa, a partir do estudo da Lei e seus requisitos, seria a utilização dos recursos no Edital de Fomento à Cultura Carioca - FOCA, atendendo a todos os critérios e exigências previstos, caso essa seja julgada como melhor alternativa pelo colegiado do Conselho. Marcus Faustini diz que os estudos vem sendo liderados pelo atual Chefe de Gabinete, Douglas Rezende, e também pela Coordenadora de Fomento, Evelyn Chaves, que se fazem presentes nesse encontro, além da colaboração da atual Subsecretária Flávia Piana, que por motivos de participação em um evento na Colômbia não pode estar presente, e da Ex-Subsecretária Ericka Gavinho. Diz, também, estar em diálogos, de forma constante, com o Secretário de Cultura do Estado do Espírito Santo,

Fabrcio Noronha, que tambm   o líder do Fórum dos Gestores de Cultura, e que existe uma frente jurídica trabalhando na tentativa de prorrogar o prazo para execu o dos valores. Apesar desses esforços para prorrogar o prazo, o Secretário diz ser importante estar preparado para executar com o prazo mais curto, caso não haja sucesso na proroga o. Encerrada sua fala inicial, o Secretário passa a palavra   vice-presidente do Conselho, Rosa Perdigão. Rosa começa sua fala saudando os presentes, ressaltando a importância da proroga o do prazo, estimulando a participa o dos conselheiros no Grupo de Trabalho - GT para participa o e tratativas sobre o tema discutido e que tomou a liberdade de trazer uma convidada para realizar uma apresenta o de um estudo sobre a Lei Aldir Blanc. Durante a reunião, a convidada apresentou um estudo sobre uma compara o entre pessoas físicas e jurídicas, inscritos e contemplados na Lei Aldir Blanc, no FOCA 1 e FOCA 2. O material apresentado será encaminhado aos conselheiros. Após apresenta o do material, o Secretário Marcus Faustini diz ser importante considerar que as analogias, por vezes, devem considerar a fun o diferente de cada programa, por exemplo, um fomento de retomada cultural de uma lei emergencial. O Secretário acredita que, no momento, a melhor alternativa seja a de utilizar os recursos no FOCA e debater sobre quais linhas seriam contempladas com o recurso. Encerrada a contribui o do Secretário, a palavra foi passada   vice-presidente, Rosa Perdigão. Ela diz ter sido contemplada pela fala do Secretário, levando em considera o a experiência da Lei Aldir Blanc. Foi aberto período de inscri o   fala dos conselheiros, dando início por Andréa Chiesorin. A conselheira compartilha as experiências dos trabalhos realizados para regulamenta o da Lei Aldir Blanc, citando a realiza o de encontros online para ouvir as demandas dos territórios e sugere a realiza o de tal prática para os recursos da Lei Paulo Gustavo. Andréa Chiesorin se diz preocupada com a composi o do GT e ressalta que, como ocorreu no processo de constru o do Plano Municipal de Cultura - PMC, seria importante ter a possibilidade de convidar agentes externos para participar das discussões sobre a Lei Paulo Gustavo. Não foram identificadas inscri es e, com isso, a palavra foi passada aos representantes da Secretaria que quiseram comentar o que foi apresentado, até o momento. O Secretário Marcus Faustini diz que o principal ponto a ser elucidado   que caso seja respeitado o cronograma inicial apresentado pelo Governo Federal e os recursos sejam transferidos aos Municípios no dia 06 de outubro, não existe tempo hábil para elabora o de um edital específico para utiliza o dos

recursos. O Secretário diz que a formação do GT com 4 (quatro) representantes e que os trabalhos iniciais serão direcionados para pensar em alternativas viáveis para utilização dos recursos, entretanto, diz que já existe a possibilidade de utilizar os recursos no FOCA e direcionar as discussões do GT para em que linhas e de forma os valores seriam utilizados, mas que isso depende da aprovação deste colegiado. Além disso, diz estar de acordo com a proposta de ouvir os territórios e que as estratégias e cronogramas para tornar isso possível pode ser pensado dentro do GT. Finalizada a fala do Secretário, deu-se início a fala do Chefe de Gabinete, Douglas Rezende. Este explica que, caso seja decidido pela utilização dos recursos no FOCA, as decisões sobre as linhas que serão contempladas e de que forma o valor será distribuído deverão ser apresentadas no plano de ação a ser elaborado e encaminhado ao Governo Federal. Porém, destaca que a plataforma para envio deste plano de ação ainda não está disponível e não há previsão para tal, porém, uma vez que a plataforma esteja disponível, os municípios terão um prazo de 60 (sessenta) dias para envio dos Planos de Ação. A vice-presidente, Rosa Perdigão, pede a palavra para reforçar a importância de ouvir as demandas dos territórios antes de tomar qualquer decisão sobre o tema. Encerrada a contribuição da vice-presidente, a palavra foi passada à representante da Comissão de Cultura da Câmara, Suelyemma Franco. Ela dá início a sua fala reconhecendo que as discussões estão ajustadas ao que as Leis Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc, no que diz respeito a ampla participação da sociedade civil na construção dessas políticas de cultura. Suelyemma Franco sugere que as informações sobre as Leis e, os esforços e trabalhos que vêm sendo realizados sejam amplamente divulgados, visto que a Comissão de Cultura está recebendo diversos questionamentos sobre o assunto com a finalidade de tornar o processo transparente. O Secretário concorda com a sugestão e, como encaminhamento, pede que o Chefe de Gabinete alinhe as informações e providencie a publicação junto aos responsáveis pela comunicação da Secretaria. Finalizada a colaboração de Suelyemma Franco, a palavra foi passada ao conselheiro Álvaro Maciel. O conselheiro destaca a necessidade de valorização dos técnicos da cultura e a possibilidade de inclusão dessa classe nos editais e a importância da fala do Secretário sobre a distribuição dos recursos no FOCA, entendendo que, para muitos, não é a medida ideal, porém, é a que pode ser executada dentro das condições e prazos apresentados na Lei Paulo Gustavo. Álvaro Maciel diz que pode fazer parte do GT, com ressalvas, pois alega precisar

entender a dinâmica dos trabalhos e o tempo que será necessário para que as tarefas sejam realizadas, além disso, indica o nome de Cris Ramirez, da Comissão de Cultura da Câmara. Álvaro Maciel alerta sobre alguns planos realizados na Assembleia Legislativa Assembléia do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ que, através do projeto Favela Cidadã, estão regulamentando um Projeto de Lei para literatura nas favelas, que se chamará Lei Carolina de Jesus. O conselheiro encerra sua contribuição dizendo ter sido contemplado pelas falas anteriores. O Secretário Marcus Faustini sugere, a partir das dúvidas dos conselheiros, que o GT trabalhe, inicialmente, num prazo de 20 (vinte) dias, onde, nesse período, serão feitos os estudos sobre as alternativas para utilização dos recursos, considerando todas as exigências previstas na Lei. Bianca Toledo acredita que, pela falta de regulamentação da Lei, a prorrogação dos prazos deve ocorrer, mas que é importante se antecipar aos fatos e se preparar para o pior cenário. A representante da Comissão de Cultura da Câmara diz possuir duas dúvidas. A primeira, sobre o plano de ação, onde ela questiona se a proposta encaminhada inicialmente poderá ser alterada posteriormente, caso haja a prorrogação dos prazos, ou se será possível apenas alguns remanejamentos de valores dentro da proposta inicial. A segunda dúvida, é se existe, dentro do FOCA, alguma linha que preveja o pagamento de subsídio mensal, respeitando o inciso III do Art. 8º da Lei Paulo Gustavo. O Secretário explica que há no FOCA uma linha de manutenção para grupos, companhias e ONGs que talvez atenda essa necessidade de pagamento de subsídio, mas entende que é um tema a ser discutido pelo GT. Sobre a possibilidade ou não de alteração do plano de ação, o Secretário diz não ter certeza se a plataforma permitirá essa dinâmica. Marcus Faustini alerta que não é possível criar novas categorias em edital que já está em andamento, mas é possível aportar novos recursos nas linhas existentes. Seguindo a ordem das inscrições, a palavra foi passada à conselheira Andréa Chiesorin. Ela destaca a fala do conselheiro Álvaro Maciel sobre a disputa pelos quarenta por cento para a Cidade do Rio de Janeiro, junto ao Governo do Estado, alegando que as discussões com o Secretário Estadual sempre foram muito complicadas. A conselheira segue sua fala dizendo que o desejo do atual colegiado da sociedade civil é que os editais consigam contemplar mais fazedores de cultura com valores menores do que vem sendo propostos pela Secretaria e volta a ressaltar a importância de que os trabalhos previstos para os 20 (vintes) dias contemplem um período de escuta das demandas territoriais da sociedade civil. Andréa Chiesorin pede que seja

analisada a possibilidade de participação dos conselheiros nos editais, visto que os estudos e trabalhos a serem realizados, segundo ela, não interferem ou geram nenhum tipo de vantagem, ou que ao menos possam participar do edital de seleção dos projetos a serem contemplados. Continua sua fala dizendo que, como conselheira, há uma dedicação muito grande no processo do debate e construção de políticas públicas e o fato de os conselheiros não poderem concorrer aos editais, mesmo os de caráter emergencial, é a principal motivação da saída de muitos do Conselho. Para finalizar suas colaborações, Andréa Chiesorin alerta que a cadeira ocupada pela Folia Carioca, representada por Carla Wendling, pedirá o desligamento do conselho para poder participar dos próximos editais voltados ao carnaval, exemplificando sua fala anterior e, mesmo com a saída, Carla Wendling se coloca a disposição para colaborar com os trabalhos do GT. O Secretário Marcus Faustini explica que será necessário sair do encontro e designar o Chefe de Gabinete, Douglas Rezende, e a Coordenadora de Fomento, Evelyn Chaves, para os ritos finais desse encontro. Álvaro Maciel solicita reinscrição, se coloca à disposição para participar do GT e convida a representante da Comissão de Cultura da Câmara, Bianca Toledo, e a convidada Verônica, caso seja possível a participação delas. Andréa Chiesorin faz suas considerações sobre a participação de representantes mencionadas por Álvaro Maciel e destaca a importância da participação dos representantes da sociedade civil nesses trabalhos. A vice-presidente, Rosas Perdigão, reforça a fala da conselheira Andréa Chiesorin, destaca a competência e o conhecimento técnico dos nomes sugeridos pelo conselheiro Álvaro Maciel, mas acredita que a participação dos representantes da sociedade civil traduziria melhor a realidade dos fazedores de cultura da ponta, diz que a participação dos representantes do poder público pode ser feita por meio de revezamento e diz considerar necessário fazer parte deste GT, para acompanhamento e compartilhamento de experiências. Enquanto era discutida a formatação dos representantes da sociedade civil que participariam do GT como titulares e suplentes, foi aberto o período de fala dos convidados da sociedade civil. O primeiro pedido de inscrição foi de Verônica, que agradeceu a indicação para fazer parte do GT, mas disse não ser possível em função de outras atividades, porém, se coloca à disposição como consultora neste primeiro momento. Sem novas inscrições por parte dos convidados da sociedade civil, foi proposto o seguinte encaminhamento pelos conselheiros: Os representantes da sociedade civil que farão parte

do GT serão: Carla Wendling e Ellen Costa como titulares, e Álvaro Maciel e Rosa Perdigão como suplentes. Como representantes do poder público: Douglas Rezende e Evelyn Chaves, da SMC. Não houve objeção à proposta apresentada e assim ficou decidido. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.